



Município de Vale de Cambra



Relatório e Contas de 2014

Índice de conteúdo

1. Introdução.....	3
2. Organização do Município.....	4
2.1 - Assembleia Municipal.....	4
2.2 - Câmara Municipal.....	4
3. Participações do Município.....	7
3.1 – Participações Societárias.....	7
3.2 - Entidades não Societárias.....	9
4. Endividamento.....	11
5. Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício.....	14
6. Análise Económico-Financeira.....	15
6.1 – Balanço.....	15
6.2 – Demonstração de Resultados.....	17
7. Análise Orçamental.....	19
7.1 – Execução Global do Orçamento.....	19
7.1.1 – Execução do Orçamento da Receita.....	21
7.1.2 – Execução do Orçamento da Despesa.....	23
7.1.3 – Serviço da Dívida.....	27
7.1.4 - Estrutura Orçamental – Rácios.....	28
7.1.5 - Resumo dos Fluxos de Caixa.....	29
8. Anexos às Demonstrações Financeiras.....	30
Introdução.....	30
8.1 – Caracterização da Entidade.....	31
8.2 – Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados.....	35
8.3 - Notas sobre o Processo Orçamental e Respetiva Execução.....	48
9. Informações.....	50
9.1 Redução dos pagamentos em atraso.....	50
9.2 – Contrato de empréstimo no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE).....	50
9.3 – Subscrição e Realização da participação financeira no Fundo de Apoio Municipal (FAM).....	51
ANEXOS.....	52
Anexo 1 - Mapa das Participações da Entidade.....	53
Anexo 2 – Execução do Programa de Apoio à Economia Local.....	54
Anexo 3 – Declarações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei 22/2015, de 17 de março.....	55
Anexo 4 - Organograma.....	56
Anexo 5 - Mapa do Ativo Bruto.....	57
Anexo 6 - Mapa das Amortizações.....	58
Anexo 7 – Demonstração dos Resultados Financeiros.....	59
Anexo 8 – Demonstração dos Resultados Extraordinários.....	60



1. Introdução

O Relatório de Gestão agora apresentado, procede a uma análise à gestão do Município de Vale de Cambra no ano de 2014. Teve por base o Orçamento e as Grandes Opções do Plano (GOP's) - subdivididas em Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipal – devidamente aprovados pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal -. Apresentam-se também informações com base em documentos contabilísticos de carácter patrimonial, como é o caso do Balanço, da Demonstração de Resultados e dos Fluxos de Caixa, entre outros.

Neste relatório são explanados os indicadores de gestão relacionados tanto com a receita como com a despesa. Relativamente à estrutura da primeira, nomeadamente quanto à sua análise global, à sua distribuição por classes, à sua evolução e à sua execução orçamental. No que respeita à despesa, o critério de apresentação segue o mesmo caminho que a apresentação da receita. Ainda assim, são adicionadas explicações com mais detalhe sobre a desagregação da despesa de capital pelos objetivos e programas incluídos no Plano Plurianual de Investimentos. Também se efetua uma comparação entre a receita arrecadada e a despesa paga, permitindo-se assim o apuramento do valor com vista a uma eventual revisão orçamental a ser incluída no Orçamento de 2015, de acordo com a legislação em vigor.

Assim, submete-se à apreciação e deliberação da Câmara Municipal, para posterior análise e aprovação pela Assembleia Municipal de Vale de Cambra, o presente Relatório de Gestão, acompanhado dos documentos de prestação de contas que dizem respeito ao ano de 2014 e que estão associados a esse relatório, dando-se cumprimento ao preceituado no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.



2. Organização do Município

2.1 - Assembleia Municipal

Conforme o estipulado pela legislação em vigor, a Assembleia Municipal de Vale de Cambra, órgão com funções essencialmente deliberativas e fiscalizadoras da atividade da Câmara Municipal, é constituída por 28 membros, dos quais 21 são eleitos diretamente e 7 por inerência, pois tratam-se de Presidentes de Junta.

A Mesa da Assembleia Municipal é, assim, constituída por:

Rui Manuel Martins de Almeida Leite, Eng. - Presidente

Jorge Manuel dos Santos Silva, Eng. - 1.º Secretário

Susana Maria da Cruz Tavares Ferreira - 2.º Secretário

2.2 - Câmara Municipal

Em conformidade com a legislação em vigor, a Câmara Municipal tem a seguinte constituição:

PRESIDENTE

José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva

Despacho 5/P/2013, de 23 de Outubro

- Obras Municipais:

Empreitadas

- Obras por Administração Direta

- Proteção Civil

- Juntas de Freguesia

- Estudos e Projetos

- Informação Geográfica

- Gestão de Candidaturas

- Indústria

- Empreendedorismo e Apoio ao Emprego

- Imprensa e Relações Públicas

- Turismo

- Toponímia



Município de Vale de Cambra

- Rede Viária, Trânsito e Sinalização
- Manutenção de Equipamentos Municipais
- Segurança dos Equipamentos Municipais
- Ambiente:
 - Águas e Saneamento
 - Jardins e Espaços Verdes
 - RSU
 - Proteção Florestal
 - Ruído

VEREADORES

António Alberto Almeida de Matos Gomes, *Dr.*

Despacho 5/P/2013, de 23 de Outubro

Administração e Finanças

- Património Imobiliário
- Expropriações
- Execuções Fiscais
- Taxas, Licenças e Expediente Geral
- Gestão Cemiterial
- Comércio, Mercados e Feiras
- Obras Particulares
- Sanidade Animal e Pecuária
- Iluminação Públicas
- Gestão de Viaturas

Maria Catarina Lopes Paiva, *Eng.^a*

Despacho 5/P/2013, de 23 de Outubro

- Ação Social
- Educação
- Transportes Escolares
- Equipamentos Escolares



Município de Vale de Cambra

- Informática
- Modernização Administrativa/Qualidade
- Núcleo de Atas
- Recursos Humanos
- SAM
- Saúde

Daniela Sofia Paiva da Silva, *Dr.^a*

Despacho 5/P/2013, de 23 de Outubro

- Associativismo
- Cultura
- Desporto
- Equipamentos Culturais e Desportivos
- Juventude
- Patrimónios e Museus
- Metrologia
- Defesa do Consumidor

José António Bastos da Silva, Eng.º (*sem pelouro atribuído*)

Elisabete Soares Moreira da Rocha, Dr.^a (*sem pelouro atribuído*)

Nelson da Silva Martins, Dr. (*sem pelouro atribuído*)



3. Participações do Município

3.1 – Participações Societárias

O Município de Vale de Cambra detém participações sociais nas empresas e outras entidades discriminadas nos quadros abaixo e pelos valores neles expressos.

Com a entrada em vigor da Lei 73/2013 (RFAL) passam a entrar no perímetro de consolidação deste Município a Ersuc e a Municípiã, como entidades societárias. Pese embora o Município de Vale de Cambra não apresente contas consolidadas, estas participações devem ser contabilizadas pelo Método de Equivalência Patrimonial.

Entidades participadas com influência significativa:

Valorização pelo MEP

Designação	Participação em 31.12.2014	%	Capitais Próprios a 31.12.2013	Capitais Próprios a 31.12.2014	Resultado Líquido a 31.12.2014
VCP – Parque de Estacionamento de Vale de Cambra, SA	0	49%	(685.948,81€)	(1089.543,97€)	(403.595,16€)
Municípiã – Empresa de Cartografia e Sist. Informação, SA	25.573,10€	0,77%	3.280.898,99€	3.317.510,82€	36.686,81€
ERSUC – Resíduos Sólidos Centro, SA	207.070,25€	1,13%	17.981.005,00€	18.281.975,00€	65.006,00€



Impacto da aplicação do MEP:

Designação	Valor da participação em 31.12.2013	Ajustamentos de Capital	Ganhos em Entidades participadas	Perdas em Entidades participadas	Valor da participação em 31.12.2014
VCP	0,00€			147.536,63€	0,00€
Município	24.950,00€	340,30€	282,80€		25.573,10€
ERSUC	96.275,00€	103.942,67€	6.852,58€		207.070,25€

Valorização ao custo histórico

Designação	Capital Social	Participação	%
Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, SA	20.500.000,00€	3.895,00€	0,02%
Primus – Promoção, Desenvol. Regional, EMT, SA	163.098,00€	100,00€	0,06%

Em Assembleia Municipal de 26 de Julho de 2013 foi proposta e aprovada a extinção da Concessão com a VCP – Parque de Estacionamento de Vale de Cambra, S.A. (VCP). Esta deliberação foi enviada ao Tribunal de Contas para visto, que solicitou esclarecimentos, tendo culminado com a determinação em sessão de 29 de dezembro de 2014, pelo cancelamento de reabertura do processo inerente ao acordo de extinção da parceria e a revogação do Contrato de Concessão, execução e Exploração do Parque de estacionamento Subterrâneo e de Superfície de Vale de Cambra, no valor total de €5.664.918,00.

Já em 2015, veio a VCP, através de ofício datado de 13 de março, requerer a constituição de tribunal arbitral, “com vista à submissão a tal Tribunal do diferendo relativo à situação de desequilíbrio económico-financeiro em que se encontra a Concessão”.

Não obstante, as Demonstrações Financeiras a 31-12-2014 aplicam o método da equivalência patrimonial (MEP), retratando a quota parte do Capital Próprio da participada VCP nos Investimentos Financeiros do Município.



3.2 - Entidades não Societárias

Dada a relevância da participação na Associação de Municípios de Terras de Santa Maria (AMTSM), foi aplicado pela 1.^a vez o MEP, cujos impactos podem ser apresentados da seguinte forma:

Valorização pelo MEP

Designação	Participação em 31.12.2014	%	Capitais Próprios a 31.12.2013	Capitais Próprios a 31.12.2014	Resultado Líquido a 31.12.2014
AMTSM – Ass. Mun. Terras de Santa Maria	825.632,69€	20%	4.223.864,75€	4.128.163,44€	(95.701,31€)

Impacto da aplicação do MEP

Designação	Valor da participação em 31.12.2013	Ajustamentos de Capital	Perdas em Entidades participadas	Valor da participação em 31.12.2014
AMTSM – Ass. Mun. Terras de Santa Maria	0,00€	844.772,95€	19.140,26€	825.632,69€

Outras Entidades não societárias

Área Metropolitana do Porto
Foresp
ANMP
Porto e Norte, Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.
ADRMAG (Assoc. Desenv. Rural Integrado Serras Montemuro, Arada e Gralheira)
Energia – Agência Energia Sul Área Metropolitana do Porto

Relativamente a estas entidades, o Município não tem registadas quaisquer participações financeiras, tendo todas as transferências efetuadas sido registadas como custos do período.



Fluxos Financeiros

No ano 2014 os fluxos financeiros do Município para as entidades em que participa, por transferências e subsídios ascenderam a :

Entidade	Valor
----------	-------

AMP - Área Metropolitana do Porto

<u>Quotização</u>	<u>34.245,00€</u>
-------------------	-------------------

FORESP – Associação para a Formação e Especialização Tecnologia

<u>Acordo de Colaboração</u>	<u>36.000,00€</u>
------------------------------	-------------------

ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses

<u>Quotização</u>	<u>4.756,00€</u>
-------------------	------------------

AMTSM – Associação de Municípios Terras de Santa Maria

<u>Transferências – Atividades/Projetos</u>	<u>345.048,75€</u>
---	--------------------

ADRMAG – Assoc. Desenv. Rural, Int. Serras Montemuro, Arada e Gralheira

Quotização	29,88€
------------	--------

<u>Transferências – Atividades/Projetos</u>	<u>12.841,21€</u>
---	-------------------

ENERGAIA – Agência de Energia do Sul da área Metropolitana do Porto

Quotização	1.800,00€
------------	-----------

<u>Transferências – Atividades/Projetos</u>	<u>8.481,68€</u>
---	------------------

O Mapa das Participações da Entidade, com maior detalhe sobre cada uma das participadas, encontra-se em anexo – anexo 1.



4. Endividamento

É possível proceder a uma análise aos elementos respeitantes aos empréstimos de médio e longo prazo através da utilização do documento n.º 26 da prestação de contas de 2014, sendo que podem também ser analisados os dados presentes no ponto 7.1.3 – Serviço da Dívida do presente relatório.

De acordo com o art.º 52.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro – Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º da mesma Lei, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

De acordo com este resumo da conjuntura legal, deve-se ter presente que o Município de Vale de Cambra cumpriu aquele pressuposto, nos seguintes termos:



LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL 2014 - Limite a 31/12/2014

Receitas Correntes Líquidas		Montante
Ano	2011	11.288.668,17 €
	2012	10.848.574,68 €
	2013	12.092.908,83 €
Total		34.230.151,68 €
Valor de referência		11.410.050,56 €
Limite máximo 150% a 31/12/2014		17.115.075,84 €

Balanço - a 31/12/2014 – Município

		Divida
Dividas a Terceiros - de Médio e Longo Prazo		
	Empréstimos de médio e longo prazo	9.835.434,19 €
	Fornecedores cc	
	SubTotal	9.835.434,19 €
Dividas a terceiros Curto Prazo		
	Fornecedores conta corrente	475.357,99 €
	Fornecedores imobilizado	454.061,22 €
	Estado e Outros Entes Públicos	91.725,62 €
	Credores pela execução do Orçamento	- €
	Administração Autárquica	- €
262+263+267+268	Outros Credores	2.189.727,91 €
	SubTotal	3.210.872,74 €
	TOTAL Balanço	13.046.306,93 €
	Operações de Tesouraria	756.439,86 €
	Total divida de operações orçamentais Município	12.289.867,07 €
	% da divida para o limite máximo	71,81%
	% da divida como referência a média das receitas	107,71%
	Total dividas das entidades	2.981.484,12 €
	Total divida do Município + Participadas à data de 31/12/2014	15.271.351,19 €
	% da divida Total para o limite máximo	89,23%
	% da divida como referência a média das receitas	133,84%



Município de Vale de Cambra

Importa ainda, e tendo em consideração o previsto no n.º 2 do artigo 12.º da Lei 43/2012, de 28 de agosto, ter presente a execução do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL). Nesse sentido, a mesma é apresentada em anexo – anexo 2.

Durante o ano de 2014, foi elaborado e apresentado à Câmara Municipal e Assembleia Municipal, nomeadamente na reunião de 2 de dezembro de 2014 e sessão de 15 de dezembro de 2014, respetivamente, um Relatório de Auditoria à Situação Financeira ao Município de Vale de Cambra reportado a 31 de outubro de 2013 que evidencia a existência de passivos contingentes que, a tornarem-se responsabilidades efetivas, poderão traduzir-se em aumento futuro de endividamento.



5. Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Com base nas imposições do ponto 2.7.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e alterações, o valor do Resultado Líquido do Exercício é transferido para o exercício seguinte, para a conta Resultados Transitados (conta 59). E se o saldo da conta 59 for positivo, o seu valor pode ser repartido para reforço do património e para constituição ou reforço de reservas.

O disposto nos pontos 2.7.3.4 e 2.7.3.5 obriga a que se reforce o património, até que o valor contabilístico da conta 51 corresponda a 20% do ativo líquido, e a que se reforce a conta 571 - Reservas Legais, no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Por conseguinte, e como o Resultado Líquido do Exercício de 2014 é positivo no valor de 1.153.511,28€, propõe-se que o mesmo tenha a seguinte distribuição:

Reservas Legais – 57.675,56€

Resultados Transitados – 1.095.835,72€.



6. Análise Económico-Financeira

6.1 – Balanço

O Balanço e o Sistema Contabilístico vão ao encontro do previsto no POCAL, refletindo a situação patrimonial municipal em 31 de Dezembro de 2014.

O quadro seguinte representa a estrutura e a evolução patrimonial do Município em 2014, bem como a comparação com o ano de 2013.

QUADRO N.º 1 – ESTRUTURA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO

Un.: Euros (€)

DESCRIÇÃO	2013		2014		VARIÇÃO	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Total Ativo	86.124.678,08		83.043.638,89		-3.081.039,19	-3,58%
Imobilizado	82.218.791,64	95,46%	79.621.083,47	95,88%	-2.597.708,17	-3,16%
Circulante						
Existências	255.187,99	0,30%	245.122,67	0,30%	-10.065,32	-3,94%
Dívidas de Terceiros Curto Prazo	1.198.492,26	1,39%	259.967,21	0,31%	-938.525,05	-78,31%
Disponibilidades	2.339.407,63	2,72%	2.539.826,37	3,06%	200.418,74	8,57%
Acréscimos e Diferimentos	112.798,56	0,13%	377.639,17	0,45%	264.840,61	-%
Fundos Próprios	49.549.319,24		48.974.072,39		-575.246,85	-1,16%
Património	22.151.341,85	45,23%	20.788.259,64	42,45%	-1.363.082,21	-6,15%
Ajustamento de Partes de Capital Em Empresas	0,00	0,00%	949.055,92	1,94%	949.055,92	
Reservas Legais	1.419.387,46	2,90%	1.490.148,34	3,04%	70.760,88	4,99%
Subsídios	317.785,24	0,65%	317.785,24	0,65%	0,00	-%
Doações	204.585,69	0,42%	207.485,69	0,42%	2.900,00	1,42%
Resultados Transitados	24.041.001,46	49,09%	24.067.826,28	49,14%	26.824,82	0,11%
Resultado Líquido do Exercício	1.415.217,54	2,89%	1.153.511,28	2,36%	-261.706,26	-18,49%
Passivo	36.575.358,84		34.069.566,50		-2.505.792,34	-6,85%
Provisões para Riscos e Encargos	386.339,92	1,06%	1.263.876,55	3,71%	877.536,63	227,14%
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	12.209.431,55	33,38%	9.835.434,19	28,87%	-2.373.997,36	-19,44%
Dívidas a Terceiros Curto Prazo	4.428.615,08	12,11%	3.210.872,74	9,42%	-1.217.742,34	-27,50%
Acréscimos e Diferimentos	19.550.972,29	53,45%	19.759.383,02	58,00%	208.410,73	1,07%
Total Fundos Próprios e Passivo	86.124.678,08		83.043.638,89		-3.081.039,19	-3,58%



O ativo líquido registou no final de 2014 uma diminuição de 3,58%.

No que diz respeito ao passivo, mais concretamente no que toca às Dívidas a Terceiros Curto Prazo, de forma a permitir a comparabilidade o lançamento dos Empréstimos a Curto Prazo foi, no quadro anterior, considerado como na sua origem, ou seja como Empréstimos de Médio e Longo Prazo.

Assim sendo, nota-se o elevado esforço do pagamento de dívida que se traduziu no valor de 3.591.739,70€.

Em anexo (anexo 3) constam declarações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei 22/2015, de 17 de março.

O ativo circulante, constituído pelas existências, dívidas de terceiros de curto prazo e disponibilidades, regista em 2014 uma diminuição global, que reflete a redução substancial dos valores a receber de Outros Devedores.

A observância dos princípios contabilísticos definidos no POCAL na elaboração das demonstrações financeiras, no caso concreto o princípio da especialização dos exercícios, conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento. Tais circunstâncias são vertidas no agrupamento dos Acréscimos e Diferimentos e justificam a evolução desta conta no ativo.

O Passivo totalizou a importância de 34.069.566,50€, registando uma diminuição relativamente ao ano anterior, no valor de 2.505.792,34€.

Esta diminuição reflete essencialmente o comportamento das contas do passivo de dívidas a terceiros.

Assim, a rubrica que em 2014 tem maior peso e apresentou um aumento foram os acréscimos e diferimentos que totalizam o montante de 19.759.383,02€. Estes acréscimos e diferimentos de natureza passiva estão igualmente sujeitos ao princípio da especialização dos exercícios. Têm lugar sempre que no exercício económico se relevam custos ou se processam receitas, em que as despesas e os proveitos, respetivamente,



respeitem a períodos subsequentes. Tais contabilizações em 2014 foram repartidas por Acréscimos de Custos, no valor de 600.787,53€ e por Proveitos Diferidos, no valor de 19.158.595,49€.

Relativamente aos fundos próprios estes totalizaram no final de 2014 o valor de 48.974.072,39€, valor inferior em 1,16% face ao verificado no exercício anterior, o que se deveu essencialmente a ajustamentos na conta 51 – Património.

6.2 – Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados adequa-se ao previsto no POCAL, apresentando os resultados das operações económicas da atividade do Município ao longo do exercício económico de 2014. Os custos e as perdas e os proveitos e os ganhos são classificados de acordo com a respetiva natureza, originando resultados operacionais, financeiros, extraordinários e líquidos.

A Demonstração de Resultados é elaborada tendo em conta o Princípio Contabilístico da Especialização do Exercício, em que os custos são reconhecidos no exercício económico em que são reconhecidos os proveitos.

Como se pode verificar pela estrutura e evolução dos resultados do Município que se apresenta no quadro a seguir, o Resultado Líquido do Exercício apresenta, em 2014, uma diminuição de 18,49%, face ao ano transato, com um montante de 1.153.511,28€.

Para este resultado contribuiu o comportamento de contas de custos como são exemplo o aumento das provisões.

Verificou-se uma diminuição de 0,50% nos proveitos face a 2013, bem como um aumento de 1,44% nos custos e perdas.

**QUADRO N.º 2– ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS DO MUNICÍPIO**

DESCRIÇÃO	Un.: Euros (€)					
	2013		2014		VARIAÇÃO	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Custos e Perdas	13.109.132,72		13.298.264,57		189.131,85	1,44%
Total dos Custos Operacionais (A)	12.371.981,00	94,38%	12.611.980,70	94,84%	239.999,70	1,94%
Total dos Custos Financeiros (C)	530.877,24	4,05%	315.121,94	2,37%	-215.755,30	-40,64%
Total dos Custos Extraordinários	206.274,48	1,57%	371.161,93	2,79%	164.887,45	79,94%
Resultado Líquido do Exercício	1.415.217,54		1.153.511,28		-261.706,26	-18,49%
Proveitos e Ganhos	14.524.350,26		14.451.775,85		-72.574,41	-0,50%
Total dos Proveitos Operacionais (B)	13.131.442,92	90,41%	13.219.735,08	91,47%	88.292,16	0,67%
Total dos Proveitos Financeiros (D)	107.938,40	0,74%	65.985,23	0,46%	-41.953,17	-38,87%
Total dos Proveitos Extraordinários	1.284.968,94	8,85%	1.166.055,54	8,07%	-118.913,40	-9,25%
Resultados Operacionais (B-A)	759.461,92		607.754,38		-151.707,54	-19,98%
Resultados Financeiros (D-C)	-422.938,84		-249.136,71		173.802,13	-41,09%
Resultados Correntes (B+D)-(A+C)	336.523,08		358.617,67		22.094,59	6,57%

Como resultado da atividade municipal desenvolvida ao longo do ano de 2014, verifica-se um resultado líquido positivo, originário de um total de proveitos de 14.451.775,85€ e de custos incorridos de 13.298.264,57€.

Como se pode verificar, as atividades operacionais e correntes contribuem na formação desse ganho, com um resultado de 607.754,38€ e 358.617,67€, respetivamente.

Verifica-se pois, que tanto do lado dos custos como do lado dos proveitos, são os operacionais os que mais influenciam, com um peso percentual de 94,84% e 91,47%, respetivamente.

Em 2014, os resultados financeiros fixaram-se em (-) 249.136,71€, cujo valor conjugado com o resultado operacional justifica um resultado corrente de 358.617,67€.



7. Análise Orçamental

Tendo por fim o cumprimento dos princípios preconizados no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e alterações, pretende-se com o seguinte capítulo revelar os elementos relativos à atividade financeira e patrimonial do Município, durante o ano de 2014.

Assim, apresenta-se tanto a evolução da situação económico-financeira, como a execução do orçamento no que se diz respeito aos aspetos mais relevantes da atividade financeira, em ambos os domínios: receitas e despesas.

Procede-se também a uma análise da evolução dos custos e proveitos, os resultados do exercício e o endividamento líquido tal como a situação financeira do Município, tendo por base os registos existentes e os indicadores de gestão financeira apropriados à análise do Balanço e da Demonstração de Resultados.

A análise que se efetua possui a sua sustentação nos elementos apresentados nos diversos documentos de prestação de contas, devidamente evidenciados nos quadros e gráficos que se seguem.

7.1 – Execução Global do Orçamento

Apresenta-se, em baixo, o quadro n.º 3 que demonstra os valores finais, executados e respetivos desvios, da receita e da despesa, o que permite a avaliação da fiabilidade do Orçamento do Município, bem como a capacidade financeira da sua execução em função do montante arrecadado.

As taxas de execução da despesa referem-se a obrigações efetivamente pagas e não a despesas com a totalidade dos compromissos assumidos, no exercício de 2014.



QUADRO N.º 3 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE 2014

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO		TAXA DE EXECUÇÃO (b)/(a)
	FINAL (a)	VALOR (b)	DESVIO (b)-(a)	
1 – Saldo da Gerência Anterior	1.511.240,65 €	1.511.240,65 €	0,00 €	100,00%
Receitas Correntes	12.482.180,00 €	12.795.865,36 €	313.685,36 €	102,51%
Receitas de Capital	6.606.329,35 €	2.288.456,36 €	-4.317.872,99 €	34,64%
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	50,00 €	0,00 €	-50,00 €	0,00%
2 – Total de Receitas	20.599.800,00 €	16.595.562,37 €	-4.004.237,63 €	80,56%
Despesas Correntes	11.142.390,00 €	9.135.936,89 €	-2.006.453,11 €	81,99%
Despesas de Capital	9.457.410,00 €	5.676.238,97 €	-3.781.171,03 €	60,02%
3 – Total de Despesas	20.599.800,00 €	14.812.175,86 €	-5.787.624,14 €	71,90%

Da análise efetuada verifica-se que o total do Orçamento aprovado para o exercício foi de 20.599.800€, sendo o total da receita cobrada de 16.595.562,37 € e o total da despesa paga de 14.812.175,86 €.

O valor total da despesa paga corresponde a um valor que ultrapassa 14 milhões e 800 mil euros, o que se traduz num índice de realização do Orçamento da despesa de 71,90%, para 2014.

A taxa de execução das despesas de investimento ascendeu a 60%, tendo superado os 5 milhões e 600 mil euros.

No que se refere ao orçamento da receita este apresenta um reforço inerente à incorporação do saldo da gerência anterior, no valor de 1.511.240,65 €.

As receitas correntes apresentam uma execução de 102,51%.

Pelo contrário, o desvio verificado no total das receitas de capital devem-se, sobretudo, à diferença apurada na rubrica das vendas de bens de investimento e na rubrica de transferências de capital previstas no orçamento inicial.



7.1.1 – Execução do Orçamento da Receita

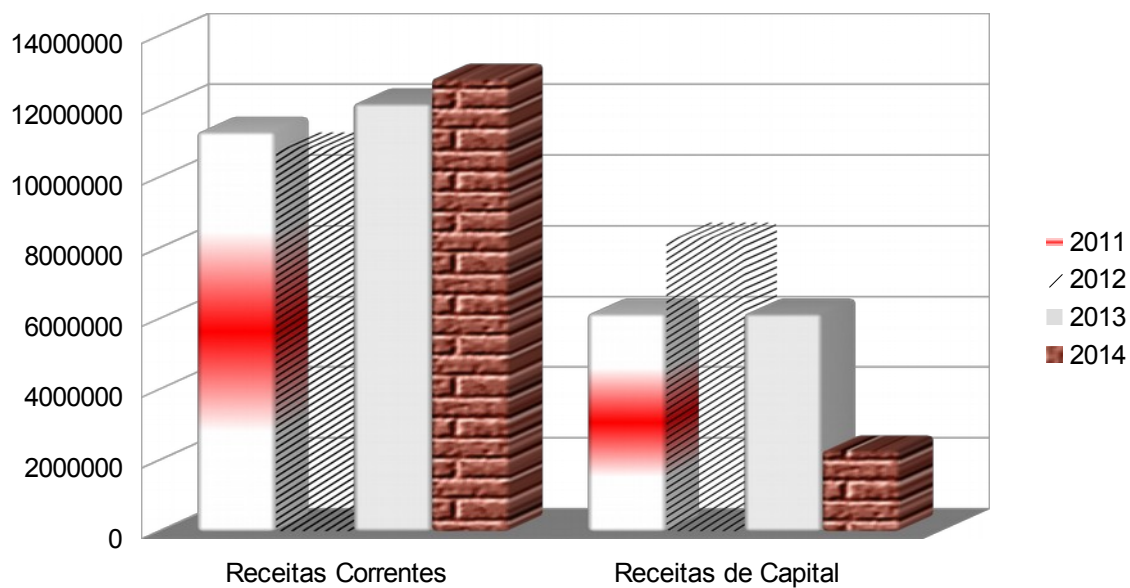
No quadro e gráfico que a seguir se apresentam observam-se os valores da receita executada ao longo dos quatro últimos exercícios.

QUADRO N.º 4 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA- 2011 a 2014

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	2011		2012		2013		2014	
	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%
Receitas Correntes	11.288.668,17 €	64,73%	10.848.574,68 €	56,66%	12.092.908,83 €	66,28%	12.795.865,36 €	84,83%
Receitas de Capital	6.151.885,11 €	35,27%	8.299.007,16 €	43,34%	6.152.558,48 €	33,72%	2.288.456,36 €	15,17%
Total	17.440.553,28 €	100,00%	19.147.581,84 €	100,00%	18.245.467,31 €	100,00%	15.084.321,72 €	100,00%

GRÁFICO N.º 1 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA DE 2014





Município de Vale de Cambra

A execução da receita para o ano de 2014 foi de 15.084.321,72€, dos quais 12.795.865,36€ dizem respeito ao montante das receitas correntes e 2.288.456,36€ correspondem às receitas de capital executadas.

O montante da receita total cobrada registou uma taxa de execução de 80,56%, face às previsões corrigidas.

Observando-se a totalidade das receitas, verifica-se que as receitas correntes são superiores às receitas de capital, correspondendo a um peso de 84,83% e 15,17%, respetivamente.

QUADRO N.º 5 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA POR CLASSIFICAÇÃO

DESIGNAÇÃO	Un.: Euros (€)			
	IMPORTÂNCIA ARRECADADA			
	2011	2012	2013	2014
Impostos Diretos	2.907.062,19 €	3.176.805,29 €	3.217.404,06 €	3.593.029,94 €
Impostos Indiretos	525.339,13 €	215.424,31 €	179.688,82 €	171.181,97 €
Taxas, Multas e Outras Penalidades	443.894,79 €	318.183,66 €	286.299,75 €	291.005,91 €
Rendimentos de Propriedade	669.739,93 €	683.377,61 €	729.299,31 €	684.776,90 €
Transferências Correntes	5.062.296,29 €	4.780.699,99 €	5.788.344,35 €	6.411.831,63 €
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.498.768,64 €	1.478.519,77 €	1.412.268,98 €	1.443.336,00 €
Outras Receitas Correntes	181.567,20 €	195.564,05 €	479.603,56 €	200.703,01 €
Venda de Bens de Investimento	182.733,52 €	306.843,60 €	48.558,00 €	755.199,29 €
Transferências de Capital	5.001.749,16 €	7.283.019,99 €	3.901.305,40 €	1.513.540,16 €
Passivos Financeiros	0,00 €	0,00 €	2.145.858,26 €	0,00 €
Outras Receitas de Capital	1.624,77 €	0,00 €	56.836,82 €	19.716,91 €
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Saldo da Gerência Anterior	965.777,66 €	709.143,57 €	1.132.903,50 €	1.511.240,65 €
Total	17.440.553,28 €	19.147.581,84 €	19.378.370,81 €	16.595.562,37 €

Da análise do quadro n.º 5 é possível verificar que as receitas próprias do Município, resultantes dos impostos diretos, impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade, venda de bens e prestações de serviços e outras receitas



correntes, representam um montante muito significativo. Ainda assim, as transferências, correntes e de capital, são tidas como essenciais na arrecadação da receita do Município.

No conjunto das receitas próprias, os impostos diretos são a rubrica que apresentam maior expressividade, dado que atingem 3.593.029,94€ na gerência de 2014, seguindo-se a venda de bens e prestações de serviços correntes, com 1.443.336,00€.

Das transferências efetuadas ao longo dos quatro exercícios, apresentados no quadro anterior, verifica-se a diminuição em 2014 das transferências de capital, resultado do fecho de quadro comunitário.

7.1.2 – Execução do Orçamento da Despesa

A despesa paga encontra-se associada à capacidade de solvência do Município, a qual é traduzida nas disponibilidades de tesouraria até 31 de Dezembro de cada exercício económico. Tal representa não só a despesa do ano, como a despesa transitada de anos anteriores e que seja paga no ano económico em questão.

QUADRO N.º 6 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA – 2011 a 2014

Un.: Euros (€)

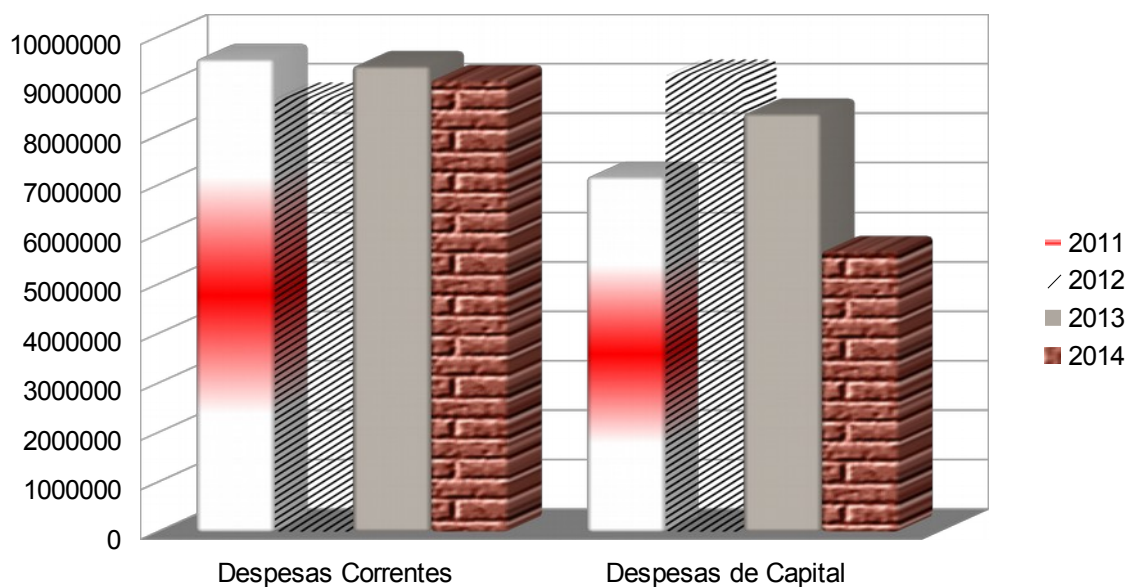
DESIGNAÇÃO	2011		2012		2013		2014	
	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%
Despesas Correntes	9.554.169,50 €	57,10%	8.774.746,53 €	48,71%	9.414.109,26 €	52,69%	9.135.936,89 €	61,68%
Despesas de Capital	7.177.240,21 €	42,90%	9.239.931,81 €	51,29%	8.453.020,90 €	47,31%	5.676.238,97 €	38,32%
Total	16.731.409,71 €	100,00%	18.014.678,34 €	100,00%	17.867.130,16 €	100,00%	14.812.175,86 €	100,00%

Uma análise à evolução global da despesa paga, no período de 2011 a 2014, permite a constatação, aliás, com causa já identificada na análise à execução da receita, de uma redução do volume absoluto da execução da despesa. Tal causa encontra corpo, essencialmente, no fim do quadro comunitário de apoio.

Conclui-se, com recurso ao quadro n.º 6, que a despesa paga em 2014 se cifrou em 14.812.175,86€, apresentando uma diminuição, relativamente a 2013, fruto essencialmente do decréscimo ao nível das despesas de capital. Essas, no triénio anterior, atingiram o seu pico no ano de 2012, com um valor pago de 9.239.931,81€.



GRÁFICO N.º 2 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA – 2011 a 2014



Do montante total de despesa executada, 9.135.936,89€ correspondem a despesas de natureza corrente e 5.676.238,97 € respeitam a despesas de capital, representando um peso de 61,68% e 38,32%, respetivamente.

QUADRO N.º 7 – EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA 2011 – 2014 POR CLASSIFICAÇÃO

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA PAGA			
	2011	2012	2013	2014
Pessoal	3.414.724,27 €	3.714.183,76 €	3.989.962,70 €	4.025.192,48 €
Bens e Serviços	3.227.706,88 €	3.414.724,27 €	3.436.918,91 €	3.388.409,55 €
Transferências Correntes	1.187.929,97 €	758.092,94 €	717.154,84 €	868.531,98 €
Encargos Financeiros	341.011,77 €	270.375,77 €	665.078,20 €	201.203,23 €
Outras Despesas Correntes	673.150,35 €	617.369,79 €	604.994,61 €	652.599,65 €
Investimentos	5.077.869,65 €	7.177.429,22 €	6.280.155,66 €	3.206.257,31 €
Transferências de Capital	126.340,42 €	55.530,46 €	128.492,68 €	95.984,30 €
Ativos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Passivos Financeiros	1.973.030,14 €	2.006.972,13 €	2.044.372,56 €	2.373.997,36 €
Total	16.021.763,45 €	18.014.678,34 €	17.867.130,16 €	14.812.175,86 €



Da análise do quadro anterior podemos observar que as despesas de funcionamento, onde se incluem as despesas com o pessoal, aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes, atingiram o valor total de 8.066.201,68 €, o que se traduz num peso de 54,46% face ao montante de despesa paga no ano de 2013.

No que se refere às despesas de capital, onde se introduzem os investimentos, as transferências de capital, os ativos e passivos financeiros, são as despesas com a aquisição de bens de capital que têm maior relevância para o Município, pagando-se 3.206.257,31€ do total da despesa orçada para o exercício em análise, conforme execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

O quadro que de seguida se apresenta facilita a análise estrutural das despesas de capital, realizadas de acordo com os objetivos e programas aprovados no PPI.



QUADRO N.º 8 – EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO ANO DE 2014

Un.: Euros (€)

OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	DOTAÇÃO FINAL	EXECUÇÃO	%
1.	Funções Gerais	1.527.590,00 €	254.238,40 €	16,64%
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	1.527.490,00 €	254.238,40 €	16,64%
1.1.1.	Administração Geral	1.527.490,00 €	254.238,40 €	16,64%
1.2.	Segurança e Ordem Públicas	100,00 €	0,00 €	0,00%
1.2.1.	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	100,00 €	0,00 €	0,00%
2.	Funções Sociais	2.147.650,00 €	1.440.643,53 €	67,08%
2.1.	Educação	1.215.800,00 €	1.062.344,08 €	87,38%
2.1.1.	Ensino Não Superior	1.215.800,00 €	1.062.344,08 €	87,38%
2.3.	Segurança e Ação Social	150,00 €	0,00 €	0,00%
2.3.2.	Ação Social	150,00 €	0,00 €	0,00%
2.4.	Habituação e Serviços Coletivos	496.500,00 €	209.152,82 €	42,13%
2.4.2.	Ordenamento do Território	310.100,00 €	150.972,03 €	48,68%
2.4.3.	Saneamento	100.050,00 €	30.159,48 €	30,14%
2.4.4.	Abastecimento de Água	80.100,00 €	26.250,56 €	32,77%
2.4.6.	Proteção Meio Ambiente e Conservação Natureza	6.250,00 €	1.770,75 €	28,33%
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	435.200,00 €	169.146,63 €	38,87%
2.5.1.	Cultura	3.600,00 €	542,67 €	15,07%
2.5.2.	Desporto, Recreio e Lazer	431.600,00 €	168.603,96 €	39,06%
3.	Funções Económicas	3.170.650,00 €	1.511.375,38 €	47,67%
3.2.	Indústria e Energia	256.250,00 €	155.206,89 €	60,57%
3.2.0.	Indústria e Energia	256.250,00 €	155.206,89 €	60,57%
3.3.	Transportes e Comunicações	2.575.200,00 €	1.160.925,27 €	45,08%
3.3.1.	Transportes Rodoviários	2.575.200,00 €	1.160.925,27 €	45,08%
3.4.	Comércio e Turismo	339.200,00 €	195.243,22 €	57,56%
3.4.1.	Mercados e Feiras	24.000,00 €	22.513,44 €	93,81%
3.4.2.	Turismo	315.200,00 €	172.729,78 €	54,80%

Constata-se, pela observação do quadro anterior, que as funções sociais são as que maior grau de execução têm relativamente aos montantes executados pelo Município, com uma percentagem acima de 67%.



7.1.3 – Serviço da Dívida

O quadro seguinte espelha a evolução do serviço da dívida nos últimos três anos, considerando juros e amortizações de empréstimos de médio e longo prazo contraídos pelo Município de Vale de Cambra.

QUADRO N.º 8 – EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA

	Un.: Euros (€)			
	2011	2012	2013	2014
Juros	273.532,73 €	207.770,10 €	125.391,16 €	123.491,20 €
Amortizações	1.973.030,14 €	2.006.972,13 €	2.044.372,56 €	2.373.997,36 €
Total	2.246.562,87 €	2.214.742,23 €	2.169.763,72 €	2.497.488,56 €
Dívida ML prazo	14.114.917,98 €	12.107.945,85 €	12.209.431,55 €	9.835.434,19 €



7.1.4 - Estrutura Orçamental – Rácios

A execução orçamental e do plano refletem a estratégia da gestão municipal, passível de ser descrita através de um conjunto de indicadores, que se apresentam de seguida.

QUADRO N.º 9 – RÁCIOS ORÇAMENTAIS

	2013	2014
Rácios da Receita		
Impostos Diretos / Receitas Correntes	26,61%	28,08%
Transferências Correntes / Receitas Correntes	47,87%	50,11%
Venda de Bens e Serviços / Receitas Correntes	11,68%	11,28%
Receitas Correntes / Receitas Totais	62,40%	77,10%
Receitas de Capital / Receitas Totais	31,75%	13,79%
Rácios da Despesa		
Pessoal / Despesas Correntes	42,38%	44,06%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesas Correntes	36,51%	37,09%
Investimentos / Despesas de Capital	43,99%	56,49%
Passivos Financeiros / Despesas de Capital	24,19%	41,82%
Despesas Correntes / Despesas Totais	52,69%	61,68%
Despesas de Capital / Despesas Totais	47,31%	38,32%
Rácios Financeiros		
Pessoal / Receitas Correntes	32,99%	31,46%
Amortizações + Juros MLP / Receitas Totais	11,20%	15,52%
Receitas Correntes / Despesas Correntes	128,46%	140,06%
Receitas de Capital / Despesas de Capital	72,79%	40,32%

Da análise realizada sobre os rácios orçamentais, constata-se o cumprimento do Princípio do Equilíbrio Orçamental, consagrado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL) e alterações. Em termos de execução do orçamento de 2014, as receitas correntes apresentaram um montante superior às despesas correntes.

Verifica-se o cumprimento do previsto no artigo 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, dado que a receita corrente bruta cobrada em 2014 é superior em 834.463,96€ à soma da despesa corrente paga em 2014 com as amortizações médias dos empréstimos, conforme se pode verificar de seguida:



Município de Vale de Cambra

Receita Corrente Bruta Cobrada 2014	12.795.865,36 €
Despesa Corrente Paga 2014	9.135.936,89 €
Amortizações Médias Empréstimos	2.825.464,51 €
Total	11.961.401,40 €
Diferença	834.463,96 €

7.1.5 - Resumo dos Fluxos de Caixa

QUADRO N.º 10 – COMPARAÇÃO ENTRE RECEITA E DESPESA

Recebimentos	
Saldo da Gerência Anterior	2.339.407,63 €
Execução Orçamental	1.511.240,65 €
Operações de Tesouraria	828.166,98 €
Receitas Orçamentais	15.084.321,72 €
Correntes	12.795.865,36 €
Capital	2.288.456,36 €
Outras	0,00 €
Operações de Tesouraria	1.651.068,23 €
Total	19.074.797,58 €
Pagamentos	
Despesas Orçamentais	14.812.175,86 €
Correntes	9.135.936,89 €
Capital	5.676.238,97 €
Operações de Tesouraria	1.722.795,35 €
Saldo para a Gerência Seguinte	2.539.826,37 €
Execução Orçamental	1.783.386,51 €
Operações de Tesouraria	756.439,86 €

O montante obtido pela poupança orçamental alcançada no exercício de 2014, no valor de 3.659.928,47€ (diferença entre as receitas orçamentais correntes e as despesas orçamentais correntes), foi utilizado para custear o investimento (despesas de capital). Poder-se-à repercutir o valor de 1.783.386,51€ no orçamento do exercício contabilístico de 2015, através da realização de uma revisão a este orçamento, de acordo com a legislação em vigor.



8. Anexos às Demonstrações Financeiras

Introdução

Determina o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e alterações, e Resolução n.º 04/2001 - 2.ª Secção, do Tribunal de Contas, como peça integrante dos documentos de prestação de contas os Anexos às Demonstrações Financeiras.

Assim, as notas que se seguem têm como referência a numeração definida no ponto 8 do POCAL, para apresentação das contas, e visam facultar a informação necessária ao conhecimento da atividade municipal no exercício das suas competências, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações conhecidas na data que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo, conforme definido no ponto 2.4 do POCAL.

As notas que se encontrem omissas não são aplicáveis, ou o conteúdo da sua apresentação não é considerada como informação relevante para a análise das demonstrações financeiras.

Os mapas financeiros foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e previstos no ponto 3.2 do POCAL.



8.1 – Caracterização da Entidade

8.1.1 - Identificação

Designação - Município de Vale de Cambra

NIF – 506735524

Endereço – Apartado 88, 3730-901 Vale de Cambra

CAE – 84113

Regime Financeiro – Autonomia administrativa e financeira

Trabalhadores – 1 de Janeiro de 2014 – 217 trabalhadores: 189 CTTI + 14 CTTRC + 10 CM + 4 Outras Situações

31 de Dezembro de 2014 – 195 trabalhadores: 184 CTTI + 7 CM + 4 Outras Situações

O Município de Vale de Cambra ocupa uma área de 148,5 km², onde residem 22.864 habitantes, de acordo com os censos de 2011. Este é constituído por 7 freguesias: Arões, Cepelos, Junqueira, Macieira de Cambra, Rôge, São Pedro de Castelões, União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, com um total de 22.357 eleitores inscritos, conforme resultados das últimas eleições para as autarquias locais em 2013.

8.1.2 - Legislação

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com os critérios e princípios contabilísticos geralmente aceites e preconizados no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro.



8.1.3 – Estrutura Organizacional Efetiva

	Data de Aprovação	Data de Publicação	Diário da República
Organização dos Serviços Municipais	30 de junho de 2014	17 de julho de 2014	2ª Série, nº 136

Para efeitos do número 3 do artigo 5º da Lei nº 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, por deliberação de 8 de novembro de 2013 da Câmara Municipal e por deliberação de 20 de novembro de 2013 da Assembleia Municipal, foi elaborado o Mapa de Pessoal do Município de Vale de Cambra para o ano de 2014.

Por deliberação de 30 de junho de 2014 da Assembleia Municipal, verificou-se a Reorganização dos Serviços Municipais, publicada no Diário da República, 2ª Série, nº 136 de 17 de julho de 2014.

Na data de 30 de outubro de 2014, por deliberação de Câmara Municipal e por deliberação de 15 de dezembro de 2014 da Assembleia Municipal, verificou-se alteração ao mapa de pessoal.

O organograma encontra-se em anexo - anexo 4.



8.1.4 - Descrição Sumária das Atividades

A atividade desenvolvida pelo Município de Vale de Cambra está de acordo com as atribuições e competências que lhe estão legalmente conferidas pela legislação em vigor.

8.1.5 - Recursos Humanos

O Órgão Executivo Municipal tem atualmente a seguinte constituição:

- Presidente da Câmara Municipal:

José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva

- Vereadores da Câmara Municipal:

António Alberto Almeida de Matos Gomes, Dr.

Maria Catarina Lopes Paiva, Eng.^a

Daniela Sofia Paiva da Silva, Dr.^a

José António Bastos da Silva, Eng.^o

Elisabete Soares Moreira da Rocha, Dr.^a

Nelson da Silva Martins, Dr.

8.1.6 - Organização Contabilística

Ao longo do ano de 2014 todos os registos e operações contabilísticas foram concretizados num sistema de contabilidade único, integrado e organizado de forma centralizada, procurando o rigoroso cumprimento com as determinações do POCAL.

A aplicação de contabilidade utilizada atualmente pelo Município foi desenvolvida pela empresa *Medidata.Net – Sistemas de Informação para Autarquias, S.A.*

Uma vez que quase todas as áreas onde se verifica a necessidade de utilização de uma aplicação informática específica utilizam software fornecido pela *Medidata*, tal revela-se vantajoso na utilização da base de dados que é comum, mas, por outro lado, cria alguns constrangimentos quando existem erros provenientes de áreas diferentes da contabilidade.

Manteve-se o sistema de controlo de stocks utilizado em 2013. Foram também mantidos



os processos inerentes à certificação de Qualidade segundo a norma NP EN ISO 9001:2008 na área financeira.

Não existiu descentralização contabilística propriamente dita, continuando a existir apenas a passagem de guias de receita em postos variados.

8.1.7 – Outras Informações Relevantes

Informação no âmbito das alíneas a), b), c) e d) das notas técnicas ao documento n.º 12, constante da Resolução n.º 4/2001

a) Participação do município nos impostos do Estado – 2014

FEF Corrente - €4.840.106,00

FSM - €395.177,00

Participação IRS - €454.597,00

FEF Capital - €537.790,00

b) Pagamentos relativos a investimentos realizados pelo município em 2013 - €6.280.155,66 (conforme execução PPI em 2013)

c) Ações inspetivas realizadas pelo IGAT e/ou IGF desde 2005:

Inspeção Ordinária Sectorial (Urbanismo e Aquisição de Bens e Serviços)
com período de incidência: 2002-01-02 a 2006-03-24 (ação inspetiva iniciada em 2006-03-27 e concluída em 2006-06-21)

d) No Município de Vale de Cambra não existem empresas públicas municipais em funcionamento. A Associação de Municípios Terras de Santa Maria na qual este município é associado não tem empréstimos em vigor.



8.2 – Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

8.2.1 - O POCAL obriga à existência simultânea e coordenada de três sistemas contabilísticos: Orçamental, Patrimonial e de Custos. Relativamente à Contabilidade de Custos esta encontra-se numa fase de implementação, prejudicada pela falta de recursos humanos.

A ausência da contabilidade de custos em pleno funcionamento não teve qualquer efeito prático no Balanço e na Demonstração de Resultados ou em qualquer outro mapa de prestação de contas, pelo que a informação neles expressa, reflete a imagem verdadeira e apropriada do Ativo, do Passivo, dos Fundos Próprios e dos Resultados do Município de Vale de Cambra.

As notas que se seguem encontram-se organizadas de acordo com a numeração definida pelo POCAL, no seu ponto 8.

As notas que não sejam aplicáveis ao Município de Vale de Cambra serão omissas.

8.2.2 – Comparabilidade

No ano de 2014 efetuaram-se diversos ajustamentos no sentido de efetuar correções que se referiam a exercícios económicos anteriores, nomeadamente nas rubricas de acréscimos e diferimentos e contas da classe 5, o que afeta a comparabilidade nestas rubricas. Não obstante, o princípio da comparabilidade é aplicável às restantes contas do Balanço e da Demonstração de Resultados.

Em 2014 o Município procedeu à análise e levantamento das contas de empreitada das principais obras capitalizadas em Imobilizado e que se encontravam no Balanço Inicial. Desta análise resultaram ajustamentos relevantes nas rubricas do Ativo Imobilizado por contrapartida do Património e Resultados Transitados (tal como consta da nota 8.2.28 deste Anexo), que importa considerar para efeitos da análise comparativa.



De igual forma, tal como referido na nota 8.2.3.6, foram efetuadas correções relevantes aos subsídios ao investimento, nos exercícios de 2013 e 2014, com influência na análise comparativa.

Em 2013 o Município não apresentou os valores exigíveis no curto-prazo, relacionados com empréstimos de natureza de médio-longo prazo, não respeitando a ordem de exigibilidade do Passivo, facto que foi corrigido nas contas de 2014.

Tal como referido na nota 8.2.27, em 2014 foram constituídas provisões para processos judiciais que já se encontravam em curso. Até essa data não haviam sido constituídas quaisquer provisões para o efeito.

8.2.3 – Critérios Valorimétricos

O Município aplica todos os princípios contabilísticos previstos no POCAL.

Os critérios valorimétricos utilizados foram os consagrados no capítulo 4 do Decreto-Lei n.º54-A/99 de 22 de Fevereiro de 1999 (POCAL) e alterações e as taxas de amortização praticadas foram as permitidas pela Portaria n.º 671/2000 (2ª série), que aprova o CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, taxas anuais.

Desta forma, para:

- **8.2.3.1 - Imobilizado** - O imobilizado encontra-se valorizado ao custo de aquisição, sendo que para os ativos desta natureza obtidos a título gratuito foi considerado o valor resultante de avaliação ou o valor patrimonial definido nos termos legais ou, no caso de não existir disposição aplicável, o valor resultante da avaliação seguindo critérios técnicos que se adequem à natureza dos bens. Na impossibilidade de valorização dos bens, os mesmos assumem o valor zero.



Com a entrada em vigor do POCAL em 2002, surge a necessidade de registo de bens para Balanço Inicial. Por conseguinte, foi feito um levantamento de todos os bens móveis e imóveis do Município. Relativamente aos bens móveis foi contratada a empresa Sight Portuguesa que apresentou um inventário dos mesmos. Em relação aos bens imóveis, cujo custo não foi possível determinar, foi efetuado um levantamento pelos serviços do município que atribuíram o valor associado através de avaliações internas, tendo também em consideração o valor de coberturas de seguro à data, conforme informação disponível na altura. Aos terrenos foi atribuído o valor de 25% dos Edifícios.

Em 2007, com o início da utilização da aplicação informática “Gestão do Imobilizado”, houve necessidade de registar cada bem individualmente, o que resultou na identificação de divergências face ao inicialmente registado tendo daí resultado um impacto negativo de cerca de 8,5 milhões de euros nesta rubrica, por contrapartida de Património.

Tal como referido na nota 8.2.2., em 2014, o Município procedeu à análise dos principais bens de imobilizado capitalizados nas demonstrações financeiras, tendo efectuado o levantamento das contas de empreitada desses mesmos bens, tendo os ajustamentos associados sido registados por contrapartida de Fundos Próprios.

Dado o trabalho efetuado e exposto atrás, não é expectável que venham a existir ajustamentos relevantes ao Imobilizado.

- **8.2.3.2 - Investimentos Financeiros** constituídos por partes de capital:
 - Avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial no caso das participações na:
 - VCP – Parque de Estacionamento de Vale de Cambra, SA;
 - Município – Empresa de Cartografia e Sistemas Informação, SA;
 - ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, SA;

De igual modo, dada a sua relevância, foi aplicado o MEP à AMTSM – Associação de Municípios Terras de Santa Maria.



- Avaliação ao custo histórico no caso das participações na:

Lusitaniagas – Companhia de Gás do Centro, SA;

Primus – Promoção, Desenvolvimento, Regional, EMT, SA.

- **8.2.3.3 - Existências** foram valorizadas através do custo de aquisição, de acordo com os registos contabilísticos e respetiva documentação que os suporta. O custo médio ponderado é o método de custeio utilizado para as saídas de armazém
- **8.2.3.4 - Dívidas de e a terceiros** foram expressas pelos valores constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira.
- **8.2.3.5 - Disponibilidades de caixa e em depósitos bancários** expressam os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos, não existindo disponibilidades em moeda estrangeira.
- **8.2.3.6 – Subsídios para Investimentos** – No Balanço Inicial de 2002, não foram registados subsídios para investimentos na rubrica de proveitos diferidos. Nos anos seguintes, foi sendo efetuado um levantamento dos valores associados, mas até 2013 não se conseguiu efectuar a correspondência entre os valores efetivamente recebidos e os valores contabilizados. No exercício de 2013 e 2014 foi feito um trabalho de detalhe para apuramento de todos os subsídios recebidos ao longo dos anos associados a empreitadas. Os mesmos foram sintetizados num mapa de suporte à contabilidade do qual constam os saldos iniciais e o cálculo das imputações anuais a proveitos em conformidade com as taxas de amortização dos bens associados. Desta forma, foram efectuados os correspondentes ajustamentos, cujo impacto ascendeu a cerca de 4 milhões de euros negativos em 2013 e cerca de 700 mil euros em 2014, na rubrica de Resultados Transitados) Não é expectável que venham a existir outros ajustamentos relevantes.
- **8.2.3.7 – Impostos e taxas** – Os custos e proveitos são reconhecidos no exercício a que dizem respeito. Em relação aos impostos e taxas, dada a existência de um



gap de um mês entre o mês de referência e o mês de recebimento, é feito um acréscimo de proveitos dos valores recebidos em janeiro referentes a dezembro.

8.2.7 – Movimentos do Ativo Imobilizado

Os movimentos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e ocorridos durante o exercício de 2014, operacionalizaram-se no estrito cumprimento das regras aplicáveis, nomeadamente as dispostas no POCAL.

A desagregação do Ativo Imobilizado pelas diversas rubricas encontra-se no Mapa do Ativo Bruto (anexo 5).

As variações mais relevantes verificadas no Imobilizado refletem-se na movimentação das seguintes contas:

44.5 e 44.2 – Imobilizado em curso

42.1 – Terrenos e Recursos Naturais

42.2 – Edifícios e Outras Construções

45.3 – Outras Construções e Infraestruturas

Obras em curso no Município de Vale de Cambra e que foram concluídas em 2014:

- Centro Escolar de Macieira de Cambra – EB2 do Búzio (Centro Escolar – 2.944.319,47€; Equipamentos do Centro Escolar – 328.254,61€);
- Reconstrução de Muro nas Baralhas (28.169,50€);
- Pavimentação da Rua das Colmeias em S. Pedro de Castelões e reparação da Via de Ligação à Zona Industrial Lordelo/Codal (22.928,33€);
- Beneficiação da Avenida Camilo Tavares de Matos e Arranjo do Espaço Envolvente ao Santuário (448.219,20€);
- Arranjos exteriores do Centro Escolar do Búzio (55.737,96€).



Obras em curso no Município de Vale de Cambra a 31 de dezembro de 2014:

- Beneficiação da Avenida Vale do Caima, Rotunda do Mercado até à Rotunda Entre Pontes (220.981,22€);
- Recuperação do Edifício de Apoio à Aldeia de Trebilhadouro (45.402,07€).

Movimentações nas contas do Imobilizado:

A diminuição verificada na conta 45.1 – Terrenos e Recursos Naturais/ Domínio Público (- 44.983,97€), deve-se à resolução dos processos judiciais que estavam em curso para as parcelas 1, 4 e 85 do Parque Urbano, cuja sentença judicial determinou um valor mais baixo do que o inicialmente arbitrado.

Foram ainda adquiridas as parcelas 36, 38 e 56 para o Parque Urbano no valor de 38.249,00€.

A diminuição verificada na conta 42.1 – Terrenos e Recursos Naturais/ Domínio Privado (- 215.807,33€) relacionam-se com os ajustamentos resultantes das valorizações dos terrenos da Biblioteca Municipal e do Edifício dos Paços do Concelho e à inclusão no Património dos Lotes da Zona Industrial de Lordelo/Codal pelo valor do custo.

Foram ainda adquiridas na Permuta com a Pedral quatro parcelas de terreno no valor total de 310.499,00€.

O aumento verificado na conta 42.2 – Edifícios e Outras Construções (487.200,78€), deve-se à transferência de Imobilizado em curso para Imobilizado do Centro Escolar do Búzio, obra concluída em 2014, e à aquisição de Casa de habitação na Aldeia de Trebilhadouro.

A diminuição nesta conta relaciona-se com os ajustamentos decorrentes das avaliações dos Edifícios da Biblioteca Municipal e Edifício dos Paços do Concelho pelos valores da empreitada (coluna de Ajustamentos do Mapa do Ativo Bruto).



Registo dos bens Imóveis

Pese embora os registos já efetuados na Conservatória de Registo Predial sejam ainda reduzidos, encontra-se a ser desenvolvido um trabalho de levantamento de todos os imóveis sujeitos a registo para regularização destas situações. De igual forma, encontra-se em processo de identificação todo o Património Predial constante no Portal da Autoridade Tributária, o qual está em fase de finalização.

8.2.8 – Movimentos Desagregados do Ativo Imobilizado

A desagregação do Ativo Imobilizado pelas rubricas de edifícios e Outras Construções e Viaturas encontram-se no Mapa Ativo Bruto e Amortizações e Provisões (anexo 6) e contém a sua descrição, data de aquisição e de reavaliação, valor de aquisição ou outro valor contabilístico, taxas de amortização, amortizações do exercício e acumuladas, alienações, transferências e abates no exercício e os respetivos valores do Ativo Imobilizado. Cada uma das rubricas daqueles mapas encontra-se desagregada de modo a evidenciar a informação legalmente exigível.

8.2.13 – Bens utilizados em regime de Locação Financeira

- Bem n.º 21608 – Automóvel Ligeiro de Passageiros (27-JT-36), com valor de aquisição de 41.700,00€ e saldo credor em 31 de Dezembro de 2014 de 6.989,38€.
- Bem n.º 22140 – Automóvel Pesado de Mercadorias (46-MH-80), com valor de aquisição de 47.232,00€ e saldo credor em 31 de Dezembro de 2014 de 19.188,10€.

8.2.14 – Relação dos bens do Imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade

No exercício de 2014 todos os bens inventariados foram objeto de valoração.



8.2.15 – Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões

De acordo com as disposições legais constantes do CIBE, não são objeto de amortização os terrenos, bem como alguns dos bens afetos ao domínio público em que é permitida a não amortização nos termos do CIBE. No exercício de 2014 entraram no Imobilizado do Município de Vale de Cambra nove parcelas de terreno.

8.2.16 – Investimentos Financeiros

Nas demonstrações financeiras encontram-se valorizadas pelo MEP as seguintes participações:

Designação	Participação em 31.12.2014	%	Capitais Próprios a 31.12.2013	Capitais Próprios a 31.12.2014	Resultado Líquido a 31.12.2014
VCP – Parque de Estacionamento de Vale de Cambra, SA	0	49%	(685.948,81€)	(1089.543,97€)	(403.595,16€)
Município – Empresa de Cartografia e Sist. Informação, SA	25.573,10€	0,77%	3.280.898,99€	3.317.510,82€	36.686,81€
ERSUC – Resíduos Sólidos Centro, SA	207.070,25€	1,13%	17.981.005,00€	18.281.975,00€	65.006,00€
AMTSM – Ass. Mun. Terras de Santa Maria	825.632,69€	20%	4.223.864,75€	4.128.163,44€	(95.701,31€)

As participações abaixo apresentadas encontram-se valorizadas ao custo histórico:

Designação	Capital Social	Participação	%
Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, SA	20.500.000,00€	3.895,00€	0,02%
Primus – Promoção, Desenvol. Regional, EMT, SA	163.098,00€	100,00€	0,06%



8.2.22 – Valor Global das Rubricas de Cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes no Balanço

Encontram-se registadas em valores a receber brutos, de clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa, 111.552,62€, para os quais estão constituídas provisões no valor de 101.295,05€.

8.2.26 – Descrição desagregada das responsabilidades, por garantia e cauções prestadas e recibos de cobrança

Ver documentos de prestação de contas n.ºs 9 e 10.

8.2.27 – Provisões e Passivos Contingentes

Conta		Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
291	Provisões para cobranças duvidosas	66.766,93€	34.528,12€	0€	101.295,05€
2921	Provisões para Proc. Judiciais em Curso	0€	730.000,00€	0€	730.000,00€

Em 2014 foram feitas provisões para cobrança duvidosa a Clientes, Contribuintes e Utentes no valor de 34.528,12€.

Saldo Final de Provisões para cobranças duvidosas:

- 91.037,47€, para dívidas de terceiros em mora há mais de 12 meses;
- 10.257,58€, para dívidas de terceiros em mora há mais de 6 meses.

Após uma análise detalhada dos processos judiciais em curso, por parte dos Serviços Jurídicos do Município foram constituídas em 2014 provisões no valor de 730.000,00€, para Processos Judiciais que se encontravam pendentes de resolução a 31 de dezembro de 2014.



Encontram-se em curso processos judiciais relacionados com expropriações os quais podem resultar no futuro em encargos para o Município, em resultado das sentenças finais proferidas pelo Tribunal, nomeadamente os associados ao Parque Urbano.

Em Assembleia Municipal de 26 de Julho de 2013 foi proposta e aprovada a extinção da Concessão com a VCP – Parque de Estacionamento de Vale de Cambra, S.A. (VCP), pelo valor de 5,6 milhões de euros. Esta deliberação que carece de visto de Tribunal de Contas não foi executada.

Em 2015, veio a VCP, através de ofício datado de 13 de março, requerer a constituição de tribunal arbitral, “com vista à submissão a tal Tribunal do diferendo relativo à situação de desequilíbrio económico-financeiro em que se encontra a Concessão”, podendo daí resultar Passivos que neste momento não conseguimos quantificar.

Em 2013 foi suspensa uma obra adjudicada e contratualizada pelo valor de 600.000€ acrescidos de IVA, podendo daí resultar pedido indemnizatório por parte do terceiro.

Em 2014 o Município recebeu um conjunto de faturas alegadamente relacionadas com trabalhos a mais e trabalhos imprevistos de anos anteriores, que foram oportunamente devolvidas aos fornecedores por se considerarem como não devidas. Da resolução destes diferendos entre o Município e os fornecedores, poderão resultar contingências que não estamos em condições de quantificar.

Importa ainda ter presente a existência de outros passivos contingentes, tal como vertidos no Relatório de Auditoria à Situação Financeira ao Município de Vale de Cambra à data de 31 de outubro de 2013, elementos já conhecidos da Câmara Municipal e Assembleia Municipal, nomeadamente na reunião de 2 de dezembro de 2014 e sessão de 15 de dezembro de 2014, respetivamente.



8.2.28 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 “Fundo Patrimonial” constantes do balanço

Movimentações na conta 51 - Património

Em 2014 o Município procedeu à análise dos principais bens de imobilizado registados no Balanço Inicial, tendo verificado a necessidade de efetuar ajustamentos relevantes nos seguintes bens

- a) Edifício da Biblioteca Municipal e respetivo terreno – impacto negativo de cerca de 166.000,00 € em Imobilizado, e de 147.000,00€ em Património e positivo de 27.000,00€ em Resultados Transitados;
- b) Edifício da Piscina Coberta – impacto negativo de cerca de 363.000,00€ em Imobilizado, e de 307.000,00€ em Património e impacto negativo de 56.000,00€ em Resultados Transitados;
- c) Edifício dos Paços do Concelho e respetivo terreno – impacto negativo de cerca de 1.222.000,00€ em Imobilizado, de 1.323,000,00€ em Património e positivo em 101.000,00€ em Resultados Transitados.

Adicionalmente, integrou-se no Balanço Inicial um terreno referente a uma Pedreira pelo valor de 414.000 €, por se ter verificado que o mesmo não constava do Património Municipal (em consequência da celebração de um contrato de permuta). Esta regularização foi efectuada por contrapartida de Património.

Movimentações na conta 59 – Resultados Transitados

Além dos impactos referidos atrás, os seguintes movimentos ocorreram na rubrica de Resultados Transitados:

- i) Ajustamento de proveitos recebidos em 2014, mas referentes ao exercício de 2013, os



quais não se encontravam devidamente especializados naquele ano, no valor de cerca de 336.000,00€ positivos;

ii) Ajustamentos das rubricas de Subsídios ao Investimento cuja imputação a proveitos não se encontrava adequadamente efetuada em exercícios anteriores, tendo conduzido a uma distorção dos valores reconhecidos e por reconhecer. O impacto total ascendeu a cerca de 694.000,00€ negativos.

iii) Foram corrigidas as operações associadas à venda da Zona Industrial de Lordelo/Codal. Estes lotes encontravam-se registados no Imobilizado pelo valor da venda (conforme contrato-promessa) e em Outros Devedores encontrava-se reconhecido o valor a receber pela prometida venda.

Após correção do valor contabilístico dos Lotes, bem como o reflexo do valor dos adiantamentos já recebidos numa rubrica de Adiantamentos por conta de vendas, o impacto em Resultados Transitados ascendeu a cerca de 640.000,00€ negativos.



Movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – FUNDO PATRIMONIAL constantes do balanço

Rubricas	Exercício 2013	Aumentos	Diminuições	Exercício 2014
51.Património	22.151.341,85€	414.102,88€	1.777.185,09€	20.788.259,64€
55 – Ajustamento de partes de capital em empresas	0€	949.055,92€	0€	949.055,92€
Reservas:				
57.1 Legais	1.419.387,46€	70.760,88€	0€	1.490.148,34€
57.5 Subsídios	317.785,24€	0€	0€	317.785,24€
57.6 Doações	204.585,69€	2.900,00€	0€	207.485,69€
59.Resultados Transitados	24.041.001,46€	1.808.296,64€	1.781.471,83€	24.067.826,28€
Sub Total – Classe 5	48.134.101,70€	3.245.116,32€	3.558.656,92€	47.820.561,11€
88. Resultado Líquidos	1.415.217,54€	0€	261.706,26€	1.153.511,28€
Total de Fundos Próprios	49.549.319,24€	3.245.116,32€	3.820.363,18€	48.974.072,39€

Na conta *57.1 -Reservas Legais* - houve um aumento no valor de 70.760,88€ referente a aplicação de resultados líquidos conforme deliberação da Assembleia Municipal.

Na conta *57.6 – Doações* – o aumento de 2.900,00€, refere-se às seguintes doações:

- 200,00€ da empresa DS4 Soluções Digitais, Lda
- 1500,00€ do Banco BIC Português, SA
- 100,00€ da empresa M.J.Amaral, Lda
- 100,00€ da empresa Vicaima – Indústria Madeira e Derivados
- 500,00€ da empresa Arsopi – Indústrias Metalúrgicas A.S.P. SA
- 50,00€ da empresa Guimauto M. Ferreira S. Guimarães, Lda
- 150,00€ da empresa JPM Automação e Equipamentos Industriais, SA
- 50,00€ da empresa Polisport – Plásticos, SA
- 250,00€ da empresa Worthington Cylinders, Lda



O Fundo Patrimonial apresentava no final do exercício de 2014 o valor de 48.974.072,39€, dos quais 20.788.259,64€ referentes a património, 949.055,92€ referentes a ajustamentos de Partes de Capital e o restante a Reservas..

8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Un.: Euros (€)									
	CMVMC	=	Existência Inicial	+	Compras	+	Regularizações	-	Existência Final
36.1	235.209,20	=	255.187,99	+	227.862,89	+	-2.719,01	-	245.122,67
32.1	7.872,71	=	0,00	+	7.872,71	+	0,00	-	0,00

8.2.31 – Demonstração dos Resultados Financeiros

Em anexo – anexo 7.

8.2.32 – Demonstração dos Resultados Extraordinários

Em anexo – anexo 8.

8.3 - Notas sobre o Processo Orçamental e Respetiva Execução

8.3.1.- Modificações ao Orçamento

Durante o exercício económico de 2014 foram efetuadas 21 modificações ao Orçamento, as quais se consubstanciaram em dezanove alterações e duas revisões.



8.3.2 – Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipal

No que se reporta ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipal, na gerência em análise foram efetuadas:

- Catorze alterações ao Plano Plurianual de Investimentos;
- Cinco alterações ao Plano de Atividades Municipal;
- Uma revisão ao Plano de Atividades Municipal e ao Plano Plurianual de Investimentos.

(ver documentos de prestação de contas n.ºs 14, 15 e 16).

8.3.3 – Contratação Administrativa – Situação dos Contratos

Ver documento de prestação de contas n.º 17.

8.3.4 – Transferências

Ver documentos de prestação de contas n.ºs 18, 19, 21 e 22.

8.3.6 – Endividamento

Ver documentos de prestação de contas n.ºs 26 e 27.



9 . Informações

9.1 Redução dos pagamentos em atraso

Na sequência do apuramento dos pagamentos em atraso relativos aos anos de 2013 e 2014, nos termos do definido no n.º 1 do artigo 94.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro (Orçamento de Estado para 2014 – OE/2014), verificou-se o cumprimento das reduções legalmente estipuladas.

Inclusive a redução operada foi bastante superior à legalmente exigida, passando de pagamentos em atraso no valor de 998.950,96€ em 31 de dezembro de 2013 para 438.814,53€ em 31 de dezembro de 2014.

9.2 – Contrato de empréstimo no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE)

De acordo com comunicação via email da Divisão de Garantias e Empréstimos da Direção Geral de Tesouro e Finanças relativamente ao contrato de empréstimo no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), importa informar que nos termos do n.º 1 da Cláusula Sexta do Contrato de Empréstimo celebrado no âmbito do PREDE, que o SPREAD final para efeitos da determinação da taxa de juro a aplicar é de 0,50%.

Para o período de 2014 a 2018, o Município está obrigado, nos termos do n.º 5 da referida cláusula, a manter o PMP abaixo do maior dos seguintes valores: o PMP registado em 2013 ou 40 dias.

De acordo com os cálculos efetuados ainda sujeitos a verificação pela DGAL, o PMP de 2014 foi de 29 dias.



9.3 – Subscrição e Realização da participação financeira no Fundo de Apoio Municipal (FAM)

A Lei 53/2014, de 25 de Agosto aprova o Regime Jurídico da Recuperação Financeira Municipal regulamentando o Fundo de Apoio Municipal (FAM). De acordo com o n.º 1 do artigo 17.º dessa mesma Lei, o capital social do FAM é de 650 milhões de euros, sendo representando por unidades de participação a subscrever, entre outros, por todos os Municípios. De acordo com o n.º 1 do artigo 19.º da mesma Lei, a realização do capital social por parte dos Municípios terá início em 2015. Acresce a este facto, que até ao momento o Município não formalizou qualquer contrato de subscrição para este Fundo, razões pelas quais não se encontra evidenciado qualquer Ativo ou Passivo relacionado com este Fundo à data destas demonstrações financeiras.



ANEXOS



Anexo 1 - Mapa das Participações da Entidade



Anexo 2 – Execução do Programa de Apoio à Economia Local



Anexo 3 – Declarações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei 22/2015, de 17 de março



Anexo 4 - Organograma



Anexo 5 - Mapa do Ativo Bruto



Anexo 6 - Mapa das Amortizações



Anexo 7 – Demonstração dos Resultados Financeiros



Anexo 8 – Demonstração dos Resultados Extraordinários